

RECURSO ESPECIAL Nº 1.778.830 - MG (2018/0298764-0)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : MUNICIPIO DE SAO JOSE DA LAPA
ADVOGADOS : LUCIANA LEAL DE CARVALHO PINTO - MG121488
PRISCILA RAMOS NETTO VIANA - MG077149
RECORRIDO : PERFIL ENGENHARIA S/A
ADVOGADOS : ISMAIL ANTÔNIO VIEIRA SALLES - MG079511
RICARDO ALVES MOREIRA - MG052583N

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CÓDIGO DE PROCESSO. NÃO CARACTERIZADA. ISSQN. DEDUÇÃO. CONSTRUÇÃO CIVIL. MATERIAL UTILIZADO. PRECEDENTES DO STF E DO STJ. RECURSO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA LAPA/MG A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pelo MUNICIPIO DE SAO JOSE DA LAPA/MG em face de acórdão de lavra do TJ/MG, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO ADESIVO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURIDICO-TRIBUTÁRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ISSQN SOBRE VALORES REFERENTES À MATERIAIS E SUBEMPREITADAS EMPREGADOS EM OBRAS. CONSTRUÇÃO CIVIL. INCIDÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. CONECTIVOS LEGAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ARBITRAMENTO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.

- A base de cálculo do ISSQN deverá ser o preço do serviço prestado, nele não incidindo coisas outras que não o valor desse serviço, quando a prestação se referir às atividades previstas nos itens 7.02 e 7.05 da lista anexa à LC 116/03.

- O STF, nos autos do Recurso Extraordinário 603.497, reconheceu a existência de repercussão geral, consolidando o entendimento pela possibilidade de dedução da base de cálculo do ISSQN pelas empresas de construção civil.

- Na restituição de imposto municipal deduzido indevidamente, deverá incidir a correção monetária e os juros de mora em conformidade com os critérios para cobrança de tributos do Município tributante. Não havendo Norma específica, deverão ser observadas as Súmulas 162 e 188 do Superior Tribunal de Justiça.

Superior Tribunal de Justiça

- Nos casos em que a sentença for ilíquida, os honorários deverão ser arbitrados em fase de liquidação de sentença, observado o valor da condenação apurado (fls. 522).

2. Os Embargos de Declaração opostos foram rejeitados (fls. 557/564).

3. Aponta a parte autora, nas razões de seu Apelo Nobre, além de dissídio entre julgados, violação do art. 1.022, II do Código Fux e da LC 116/2003. Argumenta, em suma, que *os contratos de empreitada global de obras são, nitidamente, obrigações de fazer, e os materiais aplicados nada mais são do que prestações -meio indispensáveis ao cumprimento da obrigação de fazer. Este tribunal entende que a base de cálculo do ISS é o custo integral do serviço, não se admitindo, nos casos de empreitadas globais de construção civil, a dedução de materiais adquiridos de terceiros para aplicação na obra em construção* (fls. 572).

4. Com contrarrazões (fls. 608/618), o recurso fora admitido na origem (fls. 637/638).

5. É o relatório.

6. De início, o acórdão recorrido não padece de qualquer omissão, não havendo que se falar em violação do art. 1.022 do Código Fux. Observe-se, ademais, que julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa a norma ora invocada. Com efeito, os Embargos de Declaração não podem ser utilizados com a finalidade de sustentar eventual incorreção do *decisum* hostilizado ou de propiciar novo exame da própria questão de fundo, em ordem a viabilizar, em sede processual inadequada, a desconstituição de ato judicial regularmente proferido. Precedentes: AgRg no AREsp. 615.053/RJ, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 6.4.2015; AgRg no AREsp. 618.556/PE, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 31.3.2015.

7. No mérito, o Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do RE 603.497/MG, sob a sistemática do art. 543-B do CPC,

firmou posicionamento de que, mesmo após a entrada em vigor da Lei Complementar 116/2003, é legítima a dedução da base de cálculo do ISS do material empregado na construção civil, e, no julgamento do RE 599.582/RJ, reconheceu que essa orientação também é aplicável aos materiais utilizados nas subempreitadas. Precedentes: AgRg no AREsp. 664.012/RJ, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 17.3.2016; REsp. 1.327.755/RJ, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe de 5.11.2012; AgRg no AgRg no Ag 1.410.608/RS, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 21.10.2011.

8. Nesse contexto, o Tribunal mineiro consignou expressamente que *a Municipalidade busca tributar materiais empregados na obra (sujeitos ao ICMS) e a subempreitadas contratada, como prestação de serviços, conforme inegavelmente demonstrado pelas notas fiscais colacionadas aos autos e não impugnados de forma satisfatória pelo Município (art. 333, II, CPC) (fls. 530).*

9. Assim, estando o acórdão recorrido em total consonância com o entendimento desta Corte de Justiça, deve ser mantido o julgado combatido.

10. Ante o exposto, nega-se seguimento ao Recurso Especial do MUNICIPIO DE SAO JOSE DA LAPA/MG.

11. Publique-se.

12. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR